



## Plano de Atividades Domiciliares Especiais – ADEs

<b>Unidade Curricular:</b> Movimentos sociais e mobilização transnacional dos direitos humanos		
<b>Professoras:</b> Carla Osmo e Fabiola Fanti		<b>Contato:</b> <a href="mailto:carla.osmo@unifesp.br">carla.osmo@unifesp.br</a> e <a href="mailto:fabiola.fanti@unifesp.br">fabiola.fanti@unifesp.br</a>
<b>Ano Letivo:</b> 2020	<b>Semestre:</b> 1º	<b>Pré-requisito:</b> Não há.
<b>Curso e Termo em que a UC é ofertada:</b> Relações Internacionais/ 7º termo		
<b>Carga Horária total:</b> 60 horas		
<b>Carga Horária desenvolvida entre 02 e 13 de março (presencialmente):</b> 8 horas		
<b>Plataforma de acesso ao curso:</b> Moodle e Google Meet. Atividades síncronas serão realizadas via Google Meet para apresentar e debater o conteúdo e para tirar dúvidas, e serão gravadas para posterior disponibilização às/aos aluna/os. Todo o material do curso, inclusive bibliografia, questões orientadoras do estudo e link para acesso à gravação das atividades síncronas, será disponibilizado no Moodle.		
<b>Ementa:</b> Introdução aos estudos sobre movimentos sociais e suas principais correntes teóricas. Direitos humanos e significado de sua proteção jurídica. Mobilização do Direito e ativismo jurídico transnacional. Estudo de casos paradigmáticos de ativismo jurídico transnacional: contexto, estratégias e impactos.		
<b>Objetivos:</b> O curso tem como objetivo apresentar e promover discussão sobre as relações entre movimentos sociais, direitos humanos e ativismo jurídico em espaços internacionais. Para tanto, serão apresentados conceitos básicos da agenda de pesquisa sobre a mobilização do direito com ênfase na mobilização transnacional do direito, por meio da qual os movimentos sociais direcionam suas estratégias para foros internacionais. Examinaremos casos paradigmáticos desse tipo de mobilização no Brasil, buscando compreender os contextos que levam à adoção dessas estratégias, como elas são conduzidas e os impactos das decisões internacionais em âmbito interno.		



<b>Conteúdo Programático</b> (especificar planejamento de atividades síncronas e assíncronas e CH equivalente):		
<b>Semana</b>		<b>Conteúdo programático e distribuição de atividades</b>
1	06 - 11 de julho	<b>Retomada do curso, explicação sobre a adaptação do plano de ensino e da nova dinâmica do curso e exposição da síntese das aulas que aconteceram nas semanas de 02 e 13 de março.</b> Atividades síncronas que ocorrerão via Google Meet, nos dias 6 de julho (segunda-feira/noite) para o período noturno e 9 de julho (quinta-feira/manhã) para o período integral.
2	13 - 18 de julho	<b>Congresso Acadêmico</b> Carga horária: 4 horas
3	20 -25 de julho	<b>Introdução aos direitos humanos e significado de sua proteção jurídica</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 20 de julho (segunda-feira/noite) para o período noturno e 23 de julho (quinta-feira/manhã) para o período integral.
4	27 de julho – 01 de agosto	<b>Os direitos humanos são instrumento para a mudança social?</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 27 de julho (segunda-feira/noite) para o período noturno e 30 de julho (quinta-feira/manhã) para o período integral.
5	03-08 de agosto	<b>Mobilização do Direito: Noções Gerais</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 3 de agosto (segunda-feira/noite) para o período noturno e 6 de agosto (quinta-feira/manhã) para o período integral.
6	10-15 de agosto	<b>Mobilização do Direito e ativismo jurídico transnacional</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 10 de agosto (segunda-feira/noite) para o período noturno e 13 de agosto (quinta-feira/manhã) para o período integral.



7	17 -22 de agosto	<b>Impactos das decisões internacionais em âmbito interno</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 17 de agosto (segunda-feira/noite) para o período noturno e 20 de agosto (quinta-feira/manhã) para o período integral.
8	24 -29 de agosto	<b>A luta antimanicomial e o caso Ximenes Lopes versus Brasil</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 24 de agosto (segunda-feira/noite) para o período noturno e 27 de agosto (quinta-feira/manhã) para o período integral.
9	31 de agosto - 05 de setembro	<b>A luta por igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher: os casos Márcia Leopoldi e Maria da Penha</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 31 de agosto (segunda-feira/noite) para o período noturno e 3 de setembro (quinta-feira/manhã) para o período integral.
10	07-12 de setembro Considerando o feriado de 7 de setembro, a atividade síncrona ocorrerá na semana seguinte.	<b>A luta por memória, verdade e justiça e o caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) versus Brasil</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 14 de setembro (segunda-feira/noite) para o período noturno e 10 de setembro (quinta-feira/manhã) para o período integral.
11	14 -19 de setembro	<b>A luta contra o racismo estrutural no Brasil e Sistema Interamericano de Direitos Humanos</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 21 de setembro (segunda-feira/noite) para o período noturno e 17 de setembro (quinta-feira/manhã) para o período integral.
12	21 -26 de setembro	<b>A luta LGBT e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos</b> Carga horária: 2 horas síncronas e 2 horas de atividades dirigidas assíncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 28 de setembro (segunda-feira/noite) para o período noturno e 24 de setembro (quinta-feira/manhã) para o período integral.



13	28 de setembro-03 de outubro	<b>Plantão de dúvidas das professoras sobre os trabalhos finais</b> Carga horária: 4 horas síncronas. As atividades síncronas ocorrerão via Google Meet, nos dias 5 de outubro (segunda-feira/noite) para o período noturno e 1 de outubro (quinta-feira/manhã) para o período integral.
14	05 -10 de outubro	<b>Entrega dos trabalhos finais</b>
15	12 -17 de outubro	<b>Retorno aos estudantes a respeito das trabalhos finais</b> 4 horas síncronas

**Metodologia de ensino utilizada:** Para cada tema que integra o conteúdo do curso, as/os estudantes receberão previamente indicação de leitura e um pequeno conjunto de questões para orientar o estudo crítico (trabalho com carga horária estimada de 2 horas), e haverá um encontro online para exposição da aula pelas professoras, debates e esclarecimento de dúvidas. O encontro será realizado no dia da semana e horário em que ocorriam as aulas presenciais (noites das segundas-feiras e manhãs das quintas-feiras), terá duração de 2 horas e será gravado, para posterior disponibilização do link para acesso à gravação às/aos estudantes. Não será exigida a presença das/os estudantes nas atividades síncronas.

**Critérios para cômputo de frequência:** Entrega, por escrito, individualmente pela/o estudante, de respostas às perguntas previamente fornecidas pelas professoras, que deverão ter por base a leitura indicada e a apresentação e debates promovidos pelas professoras via Google Meet. Caso a/o estudante não possa acompanhar a atividade síncrona, deverá acessar a sua gravação em vídeo. Cada entrega corresponderá à presença em 4 horas de aula.

**Critérios avaliativos (conceito cumprido e não cumprido):** Entrega de trabalho final sobre um caso de mobilização transnacional dos direitos humanos, que cumpra os requisitos mínimos apresentados pelas professoras nos primeiros encontros via Google Meet.

**Bibliografia básica e complementar:**

**Bibliografia básica:**

ALONSO, Ângela. "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". In: *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009, pp. 49-86.

CALABRIA, Carina. "Eficácia de Mudanças Legislativas Propostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos". *Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro*, Vol. 8, N. 2, 2017, p. 1286-1355.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Ximenes Lopes versus Brasil*. Sentença de 4 de julho de 2006 (Mérito, Reparações e Custas), seções VII ("fatos provados"), VIII ("violação dos artigos 4.1 e 5.1 e 5.2 da Convenção Americana, em relação ao artigo 1.1 do mesmo tratado") e XI ("Reparações").

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Parecer Consultivo 24/2017 - Identidade de gênero, igualdade e não discriminação de casais do mesmo sexo*, 24 nov. 2017. Tradução disponível



em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/corte-idh/ParecerConsultivo24.pdf>

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Simone André Diniz vs Brasil, Relatório n. 66/06, Caso 12.001*, 21 out. 2006.

FANTI, Fabiola. “Movimentos sociais, direito e Poder Judiciário: um encontro teórico”. In F. ENGELMANN (org.). *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

MACIEL, Débora Alves. “Ação Coletiva, Mobilização do Direito e Instituições Políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 77, outubro, 2011 pp. 97-111.

MOYN, Samuel. “O futuro dos direitos humanos”. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.1, n.1, jan. 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições”. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 5, n. 8, dezembro de 2008.

SANTOS, Cecília MacDowell. “Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. In: *Sur – International Journal on Human Rights*, n.7, 2007, pp. 29-59.

SANTOS, Cecília Mcdowell. “Memória na Justiça: A Mobilização dos Direitos Humanos e a Construção da Memória da Ditadura no Brasil”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* v. 88, 2010. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1719> >.

#### **Bibliografia complementar:**

ACHIUME, E. Tendayi Achiume. “Pautando a igualdade racial na agenda global de direitos humanos”. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, N. 28, 2018, pp.141-150.

ALEXANDER, Jeffrey. “Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 13, no. 37, 1998.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha de Araguaia”) vs Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010 (Exceções Preliminares, Mérito Reparções e Custas).

GOMES, Juliana Cesario Alvim. “Nas encruzilhadas: limites e possibilidades do uso do litígio estratégico para o avanço dos direitos humanos e para a transformação social”. In: *Rev. Direito Práx* Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 1, 2019 pp. 389-423.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos* [tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antonio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias]. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009 (“Introdução” e “Capítulo 1 – De que falamos quando tratamos de direitos humanos: o direitos humanos como processo”).



HINCAPIÉ, Sandra. "Movilización sociolegal transnacional, extractivismo y derechos humanos en América Latina". In: *América Hoy*, n. 80, 2018, pp. 51-71.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história* [tradução Rosaura Eichenberg]. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 ("Introdução: Consideramos essas verdades autoevidentes").

KUNRATH, Marcelo. "De Volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente". In: *Ciências Sociais UNISINOS*, n. 46(1), janeiro/abril, 2020, pp. 2-9.

McCANN, Michael. "Law and Social Movements: Contemporary Perspectives". In: *Annual Review of Law and Social Science*, vol. 2, 2006, pp. 17-38.

McCANN, Michael. "Poder Judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos usuários". In: DUARTE, Fernanda e KOERNER, Andrei (orgs.). *Revista da Escola da Magistratura Regional Federal Escola da Magistratura Regional Federal, Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Cadernos Temático - Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito*. Rio de Janeiro: EMARF - TRF 2ª Região, 2010.

PAIXÃO, Cristiano; FRISSE, Giovanna Maria; SILVA, Janaína Lima Penalva. "Ximenes Lopes versus Brasil". Casoteca DIREITO SP, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/casoteca/ximenes-lopes-versus-brasil> >.

ENGSTROM, Par. "Reconceptualising the Impact of the Inter-American Human Rights System". *Revista Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p.1250-1285.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*, 5 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2011 ("Parte I – Aspectos básicos dos direitos humanos", seções "I. Direitos humanos: conceito, estrutura e sociedade inclusiva" e "II. Os direitos humanos na história") – disponível online no Minha Biblioteca.

SANTOS, Cecília MacDowell. "Introdução: a mobilização transnacional do direito e a reconstrução do direito humanos". In: *A mobilização transnacional do direito: Portugal e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2012, pp. 13-27.

SANTOS, Cecília Mcdowell. "Building and braking solidarity: learning from transnational advocacy networks and struggles for women's human rights". In: EVANS, Peter e RODRÍGUEZ-GARAVITO César (Eds.). *Transnational advocacy networks: twenty years of evolving theory and practice*. Bogotá: Dejusticia.

SANTOS, Cecília Mcdowell. "Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: /absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado". In: *Revista Critica de Ciências Sociais*, n. 89, junho, 2010, pp. 153-170.

SANTOS, Cecília Mcdowell. "Mobilizing women's human rights: what/whose knowledge counts for transnational legal mobilization?". In: *Journal of Human Rights Practice*, n. 10, 2018, pp. 191-211.

VIEIRA, Oscar Vilhena (coord.). *Implementação das recomendações e decisões do sistema interamericano de direitos humanos no Brasil : institucionalização e política*. São Paulo: Direito GV, 2013.